

Ata da segunda reunião ordinária do mês de abril de 2011. Às dezenove horas do dia onze de abril de 2011, na sede da Câmara Municipal de Fortaleza de Minas, situada a Avenida Pedro de Souza Freire, cento e sete, centro de Fortaleza de Minas, ocorreu a segunda reunião ordinária mensal. Aberta a sessão o Presidente da Câmara solicita a secretária da mesa que faça a chamada de presença, estando todos os vereadores presentes. Após solicita a secretária administrativa que faça a leitura da ata da reunião anterior a qual foi aprovada por unanimidade. O Presidente da Câmara concede a palavra ao Sr. Rodrigo agrônomo responsável pela EMATER-MG para apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no município no ano de 2010. Ao final da apresentação os vereadores fizeram diversas perguntas sobre as atividades desenvolvidas sendo todas respondidas satisfatoriamente pelo Senhor Rodrigo. Em seguida foi instalado o **PEQUENO EXPEDIENTE** com a seguinte pauta: Leitura do Projeto de Lei nº. 03/2011 que Dispõe sobre denominação do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, o qual foi encaminhado às comissões permanentes da Câmara. Leitura do Requerimento nº. 36/2011 de autoria do vereador Wilson Pereira o qual solicita realização de audiência pública para debater a crise na receita orçamentária do município e as possíveis soluções para manutenção e valorização dos servidores públicos municipais. Leitura do ofício nº. 11/2011 de autoria do vereador Fernando Pereira da Silva que solicita seja levado ao plenário da Câmara para discussão e votação o Requerimento nº. 37/2011 o qual requer informações sobre o valor dos recursos repassados a Administração Municipal nos anos de 2010 e 2011 para o funcionamento do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). O Presidente da Câmara, vereador Wilson Pereira informa que em relação ao Projeto de Lei nº. 02/2011 que está com as comissões foi agendada com a Presidente do IMPRESFORT, a participação da mesma na reunião ordinária da Câmara do dia 18 deste mês, tendo vista a representatividade do instituto na discussão do referido projeto. Após informou que o Senhor Gerson Martins Almeida, o Tisgo, Presidente da Associação Comunitária Rural Assistencial e Beneficente de Fortaleza de Minas trouxe ao presidente a informação de que a associação não recebeu a subvenção relativa ao ano de 2010, repassada as entidades em dezembro de 2010, e solicitou que o plenário enviasse requerimento ao Executivo requerendo o pagamento da subvenção de 2010

juntamente com a subvenção que será repassada neste ano. Não havendo mais matérias a serem lidas no pequeno expediente, a presidência instalou o **GRANDE EXPEDIENTE**. Em relação a solicitação do Sr. Gerson o Plenário aprovou requerimento que requer que o pagamento de subvenção não repassada no ano de 2010 seja paga juntamente com a subvenção de 2011. Foram abordados diversos assuntos relativos à forma de concessão de subvenções sociais às entidades e associações do município, os critérios legais que devem ser adotados pelas entidades e associações, pelo CMAS, executivo e legislativo. Desde as atividades desenvolvidas pelas entidades e a distribuição correta da verba recebida, quanto da avaliação e aprovação pelo CMAS das prestações de contas, bem como o envio ao Executivo da relação das entidades aptas a receber subvenção e ainda a tramitação de projeto de lei dispendo sobre concessão de subvenções pelo Legislativo. Ao final foi solicitado ao assessor jurídico da Câmara, Dr. Paulo César da Fonseca que discorresse sobre o tema abordado, informando aos presentes o cronograma legal de tramitação a ser seguido, esclarecendo ainda sobre diversos questionamentos levantados. Em seguida o vereador Fernando Pereira da Silva fez requerimento verbal solicitando a elaboração de projeto de repovoamento dos rios São João e Santana com apoio da EMATER. O vereador solicitou ao Presidente a liberação do veículo para visitar a cidade de Furnas. Em aparte o Presidente da Câmara esclareceu que já fez essa visita no mandato passado, porém, a doação de alevinos não estava sendo feita e para isso acontecer tinham que elaborar um projeto. O vereador Fernando Pereira da Silva reiterou Requerimento solicitando informações sobre o Plano Diretor do Município. O vereador Fernando Pereira da Silva fez Requerimento verbal que requer informações sobre estagiários que são servidores públicos e que estão fazendo estágio dentro de sua carga horária ganhando 100% de bolsa e ainda a remuneração do cargo efetivo. Em aparte a vereadora Maria Aparecida de Queiroz relatou que é só avaliar a listagem dos estagiários disponível na Câmara Municipal e observar quem ganha 100% de bolsa. E que é preciso avaliar o decreto que regulamenta a lei de estágio, pois não acha correto que pessoas que acabam de entrar na faculdade consigam estágio de 100%, pois, isso acontece desde o mandato passado, esclareceu que na faculdade existe o período em que se faz o estágio e que o estágio não é feito

durante todo o curso. O vereador Márcio esclareceu que pela listagem recebida da Assistente Social não há ninguém que recebe 100% de bolsa que é funcionário público. Dando continuidade o Presidente da Câmara relatou que esteve com alguns vereadores e o Prefeito em reunião na Prefeitura com os chefes dos setores. O Presidente disse que o Prefeito solicitou aos chefes dos setores que os servidores não fizessem mais horas extras e comunicou ainda o corte nas gratificações de função. Já quanto ao Projeto de Lei sobre alterações no Plano de Cargos e Carreiras que o Executivo enviaria à Câmara, o Senhor Jocimar da ADPM o analisou e disse que as modificações não serão possíveis; e preocupado com a situação atual resolveu apresentar requerimento ao plenário sugerindo a realização de audiência pública para debate sobre o tema. O vereador Márcio disse que aprova a idéia e acha que essa é uma ótima oportunidade para o Executivo apresentar as informações aos funcionários, pois, a situação é grave visto que a folha de pagamento do mês de março foi de 60,2% e que na média dos três meses já está em 54,25%, ou seja, além do permitido por lei. Houve discussão sobre a maneira de repassar aos funcionários as informações acima mencionadas e ao final todos os vereadores concordaram com a realização da referida Audiência Pública ficando então agendada para o dia 03 de maio de 2011. O Presidente solicitou que todos os vereadores participassem da Audiência por ser uma questão muito importante. Não havendo mais assuntos a serem discutidos no grande expediente passou-se a **ORDEM DO DIA** com a seguinte pauta: Discussão e aprovação do Projeto de Lei nº. 03/2011 que Dispõe sobre denominação do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, o qual após liberado pelas comissões foi colocado em primeira votação e aprovado por unanimidade. Discussão e aprovação dos seguintes Requerimentos: De autoria do vereador **WILSON PEREIRA nº. 36/11** o qual solicita realização de audiência pública para debater a crise na receita orçamentária do município e as possíveis soluções para manutenção e valorização dos servidores públicos municipais, aprovado por unanimidade. De autoria do vereador **FERNANDO PEREIRA DA SILVA, nº. 37/11**, o qual requer informações sobre o valor dos recursos repassados a Administração Municipal nos anos de 2010 e 2011 para o funcionamento do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), colocado em votação o mesmo recebeu cinco votos contrários dos vereadores: Maria Aparecida de

Queiroz, Márcio Domingues Andrade, José Ricardo Pereira, Jurubel Honorato Reis e Welington dos Reis dos Santos e três votos favoráveis dos vereadores: Ricardo da Silveira, Fernando Pereira da Silva e Francisco Ronivaldo Rodrigues, sendo rejeitado pela maioria. Requerimento solicitando a elaboração de projeto de repovoamento dos rios São João e Santana com apoio da EMATER, aprovado por unanimidade. Requerimento o qual reitera solicitação de informações sobre o Plano Diretor do Município, aprovado por unanimidade. Requerimento que requer informações sobre estagiários que são servidores públicos e que estão fazendo estágio dentro de sua carga horária ganhando 100% de bolsa e ainda a remuneração do cargo efetivo, requer esclarecimento se existe de fato esse benefício, e se o mesmo existir, que seja estendido a todos os que necessitarem aprovado por unanimidade. De **AUTORIA DO PLENÁRIO DA CÂMARA** o qual requer que o pagamento de subvenção não repassada no ano de 2010 seja pago juntamente com a subvenção de 2011 à Associação Comunitária Rural Assistencial e Beneficente de Fortaleza de Minas, aprovado por unanimidade. Após o Presidente convoca todos os vereadores para a terceira reunião ordinária do mês de abril a realizar-se no dia 18 às dezenove horas. Nada mais a tratar foi encerrada a reunião e para constar foi lavrada a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos vereadores presentes.